

6 Conclusão

A pesquisa a que nos propomos e que, neste momento apresentamos os resultados, teve a intenção de se aproximar da prática docente em um momento específico do contexto político em que esta prática estava inserida: a recente transição entre duas gestões da SME/RJ, distintas no que se refere à concepção curricular e às orientações dadas aos professores. Trouxemos como questão norteadora do trabalho: Como os professores do Ensino Fundamental recontextualizam em sua prática pedagógica as estratégias propostas pelas atuais políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro?

No início da pesquisa, quando ainda me aproximava do universo da rede municipal do Rio de Janeiro, procurando entender a organização anterior que não acompanhei (a organização escolar em ciclos, a referência à Multieducação), acreditávamos e ponderávamos no GEFOCC que a “implantação” de estratégias prescritivas e diretivas para o trabalho do professor, habituado a uma organização mais flexível do currículo e menos monitorada, seria absorvida com resistência ou rejeição. Entre os professores de outras unidades escolares escutávamos comentários críticos a estas estratégias e a opção por não utilizar o material indicado (Cadernos de Apoio). Estes comentários, acompanhados da percepção sobre as diferenças entre as políticas em fase de transição, colaboravam para o levantamento da hipótese de que este seria um difícil período de adaptação.

O estudo sobre o Ciclo de Políticas, abordagem teórico-metodológica proposta por Ball e colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL, 1994a, *apud* MAINARDES, 2006, p. 48) foi fundamental para a compreensão do processo de formulação da política educacional que nos propomos estudar:

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os

processos macro e micro na análise de políticas educacionais. (MAINARDES, 2006, p. 49)

Esta fundamentação nos levou à reflexão sobre a não imposição das políticas educacionais, já que elas não são implantadas “de cima para baixo”, mas sim reconstruídas no contexto em que são formuladas em um processo contínuo, como lembra Mainardes (2006, p.53):

[...] o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então a serem “recriadas”.

Esse processo de *recontextualização* envolve as experiências e os sentimentos dos professores a respeito da política proposta. Estranhamentos e identificações são possíveis a partir das características do contexto. O discurso recontextualizado surge a partir das releituras, reinterpretações e novos significados que lhe são aplicados. No caso da atual política curricular da SME/RJ, sua formulação envolve uma rede de influências externas e internas e sua recriação no contexto da prática. Esta proximidade entre formulação e aplicabilidade é fundamental para a análise de uma política a partir da abordagem do Ciclo de Políticas. Ao traduzirem as estratégias propostas pela política curricular em suas estratégias metodológicas, os professores estão reescrevendo a política. Em alguns casos, o processo de reformulação oficial da política leva em conta esta “reescrita” (como vimos alguns exemplos).

Assim, buscamos compreender como as estratégias propostas pela SME/RJ foram pensadas, a partir de quais influências surgiu a necessidade de uma alteração tão significativa na organização curricular das escolas da rede municipal do Rio de Janeiro. Como vimos, as influências do contexto internacional, que apontam iniciativas políticas de *accountability*, começam a se traduzir em algumas propostas nacionais de políticas de responsabilização, que são incorporadas pela SME/RJ. A sua atual proposta curricular traz algumas das características desta modalidade de política e tem sido citada como exemplo de “política de responsabilização”. O movimento nacional para elevar o resultado apresentado pelo IDEB, estipulando metas para cada estado e município, gerou o desencadeamento de políticas educacionais locais que, de alguma forma,

buscariam elevar esse índice: seja através das correções no fluxo escolar, seja através do investimento na melhora acadêmica dos alunos. A atual Secretária da Educação, Cláudia Costin, aponta essa relação entre as políticas nacionais e as propostas que busca efetivar na SME/RJ:

No Rio de Janeiro, após o anúncio pelo prefeito Eduardo Paes do fim da aprovação automática e quase dois anos de esforço para dar um salto na qualidade da educação carioca, os resultados são surpreendentes, nos anos iniciais: a adoção de um currículo claro, acompanhado de provas bimestrais unificadas e reforço escolar estruturado, trouxe uma evolução importante no IDEB, índice que mede a aprendizagem do aluno e dados de repetência e evasão. (COSTIN, 2010)

Aqui cabe um “parênteses” sobre a tendência em se negar a política anterior ao propor uma nova abordagem. Faz parte da prática nas diversas instâncias, e não só na educação, de criticar as abordagens anteriores e apresentar as atuais estratégias como soluções para todos os problemas do setor. Como aponta Ball (1998, p.130):

As novas políticas alimentam-se e ganham legitimidade a partir da crítica e da ridicularização de políticas anteriores [...] que são, assim, descritas como “impensáveis”. O “novo” se destaca e ganha credibilidade a partir de suas qualidades de diferenças e contraste.

Desde a campanha para a prefeitura do Rio de Janeiro, estava explícita a intenção em reformar a organização escolar em ciclos que estava em vigor, retomando a seriação no ensino fundamental. A partir de leituras errôneas da proposta, associou-se a organização em ciclos com “aprovação automática”, pois a proposta de organização do ensino fundamental em ciclos de três anos, para uma maior flexibilização do tempo de aprendizagem dos alunos, indicava que a reprovação só deveria ocorrer ao final de cada ciclo. A defasagem na aprendizagem dos alunos, apontada pelos resultados do IDEB, foi vinculada à esta organização. Um dos motes da campanha eleitoral de Eduardo Paes foi revogar o decreto que abria espaço para a reprovação somente ao final dos ciclos de três anos, o que fez no primeiro dia de seu mandato. Esta alteração estrutural veio acompanhada de outras estratégias visando o alcance das metas acima mencionadas. Sobre a proposta anterior, Multieducação, considera-se que privilegiava as discussões e registros sobre as concepções teóricas, e não as

direções curriculares e metodológicas. Assim, o corpo docente da Escola ABC, parecia sentir falta de uma “linha condutora”, uma direção. Neste sentido, as estratégias diretivas da atual proposta da SME/RJ vieram cumprir este papel.

Retomando a questão dos índices que têm servido de referência para analisar o trabalho realizado na escola (as escolas do município do Rio de Janeiro também são avaliadas pelo IDE-Rio, instituído pela SME/RJ a partir do IDEB), especialistas chamam a atenção para o cuidado com a interpretação errônea ou precipitada dos dados levantados e para o uso que é feito dos mesmos. No que se refere à prática docente, a divulgação destes dados e o estabelecimento de prêmios a partir dos mesmos pode invocar uma cultura performática, alterando a qualidade das relações nas e entre as escolas. No caso da realidade brasileira, é percebida uma tradição em que o professor veja sentido ou justifique o nivelamento e o estabelecimento de um currículo mínimo como estratégia de busca pela equidade na distribuição da educação e não como uma mobilização mercadológica. Mas sinais de alteração na rotina destes professores começam a aparecer, com cobranças, comparações e *stress*, como foi apresentado no caso da Escola ABC.

As estratégias da SME/RJ analisadas nesta pesquisa, que se inserem neste contexto de responsabilização, trouxeram alterações significativas para o trabalho dos professores. Em seu mais recente trabalho, Ball (2012, p. 10) reafirma o caráter interpretativo da “implementação” das políticas educacionais pelos professores:

Enactments will also depend to some extent on the degree to which particular policies will ‘fit’ r can be fitted within the existing ethos and culture of the school or can change ethos and culture. It will involve what Riseborough (1992) has termed ‘secondary adjustments’. By this, he meant that policies can be either ‘contained’ or ‘disruptive’ in schools. Policies can be fitted in without precipitating any major (or real) changes and/or they can produce radical and sometimes unintended changes. They may also be subjected to what Ball (1994, p.20) has termed ‘creative non—implementation’ or what might be called performative implementation.’

A nossa percepção sobre a capacidade e as estratégias de recontextualização dos professores, frente aos desafios que se impõem à sua prática, foi ampliada a partir da reconstrução da hipótese que havíamos levantado.

A análise dos dados teóricos e empíricos nos permitiu algumas considerações sobre as questões levantadas pelo trabalho, como apresentamos a seguir.

As estratégias propostas pela SME/RJ (Descritores, Cadernos de Apoio e Avaliações Bimestrais) foram absorvidas pelos professores da Escola ABC e incorporadas à sua rotina a partir da resignificação que a sua experiência lhes permitia e com menos resistência ou crítica do que pensávamos. Não encontramos traços de resistência coletiva ou total desaprovação com relação à nova política, mas algumas críticas com relação a detalhes da “implementação” e falhas no gerenciamento da mesma, ao excesso de informações e projetos e à participação limitada na elaboração da política. Os professores reconstróem as instruções e as estratégias para o uso dos materiais pedagógicos, incorporam seu saber e experiência didática para “entrar no jogo” sem abandonar suas concepções. Isto ficou claro especificamente na preparação e aplicação das Avaliações Bimestrais, consideradas “fáceis” e aquém do que os alunos são capazes. Mesmo assim, os professores não deixam de prepará-los para realizá-las, ensinando o uso do cartão resposta e a melhor forma de resolver as questões de múltipla escolha. Contudo, consideram importantíssimo continuar aplicando “suas” avaliações, instrumentos de medida e acompanhamento da aprendizagem com os quais se identificam. Consideramos que em uma escola considerada “de qualidade” pelo atual sistema de classificação de desempenho escolar (IDEB), os professores mostram-se seguros com relação à sua prática e incorporam as novas estratégias pedagógicas sem abandonar as suas próprias. O corpo docente, consciente de sua função em cada série, trabalha além do mínimo curricular proposto pelos documentos da Rede Municipal de Ensino. Porém, a definição clara e objetiva deste mínimo, foi bem recebida. Percebemos entre os professores um sentimento de satisfação pelo senso de organização curricular trazido pelas novas propostas.

A rotina da sala de aula sofre uma completa reestruturação, não somente pelas propostas metodológicas observadas neste trabalho, mas também pela aplicação de testes e avaliações externas (como sabemos, as políticas que se aplicam a um mesmo fim não estão desvinculadas, independente de sua origem. No caso das escolas da rede municipal do Rio de Janeiro, além da adoção de novas instruções curriculares, havia a recente adaptação aos sistemas de monitoramento a nível nacional). Com relação aos materiais propostos pela atual gestão da SME/RJ, os professores da escola ABC buscam incorporar o uso dos

Cadernos de Apoio, em sala ou no dever de casa, selecionando previamente as atividades e articulando-as com o uso do livro didático. Reconhecem o caráter de “currículo mínimo” dos Descritores propostos e ampliam o trabalho. As Avaliações Bimestrais, como mencionado acima, são consideradas fáceis e são realizadas inúmeras outras avaliações.

Os professores da Escola ABC são críticos em relação à efetiva melhoria da qualidade do ensino no ambiente em que lecionam, proporcionada pelas estratégias analisadas, pois esta qualidade já era reconhecida antes do estabelecimento destas estratégias e é atribuída à experiência e envolvimento de toda a equipe da escola adicionada às características da clientela que atende. Mas os professores reconhecem a necessidade de que o mínimo a ser ensinado deva ser estipulado e avaliado em todas as escolas.

Existe uma preocupação legítima entre os profissionais da Escola ABC, da qual compartilhamos, de que o excesso de avaliações a que os alunos estão sendo submetidos (no caso do município do Rio de Janeiro: avaliações bimestrais, simulados, simuladão para a Prova Rio, Alfabetiza-Rio, simulados para a Prova Brasil, Prova Brasil e mais as avaliações individuais do professor) colaborem para uma prática pedagógica que se reduza a preparação para os testes. Como afirma Lopes (2006, p. 46) “tal lógica tende a minimizar a dimensão cultural do currículo em nome de sua atuação como formador das identidades performáticas”. Neste sentido, é importante que as pesquisas em políticas curriculares e educacionais continuem acompanhando estas mudanças e auxiliem na formulação de políticas que considerem o currículo em uma dimensão mais ampla.

Na Escola ABC as mudanças são atendidas, incorporadas à prática docente e vistas como políticas temporárias. O caráter transitório que as políticas educacionais ganharam após as constantes mudanças nas orientações das secretarias, advindas das mudanças na gestão da prefeitura, delega um sentimento de desconfiança com relação à continuidade das propostas. No caso da atual política curricular da SME/RJ, contudo, é reconhecida pelos professores sua relação com o contexto nacional, o que lhe dá uma característica de estar de *acordo com as tendências*. Neste contexto de recontextualização de uma proposta educacional percebemos uma aceitação e compromisso com a estratégia, inclusive porque os professores também se sentem avaliados pelos instrumentos e seus resultados. Porém, as estratégias propostas pela SME/RJ não constituem o único

foco do trabalho na Escola ABC. É importante destacar que neste processo a atuação da gestão é fundamental. Na realidade pesquisada, a equipe responsável pela gestão da escola realiza a intermediação entre a SME/RJ e os professores, atuando na releitura das estratégias propostas. Como apresentado, a direção e coordenação o fazem de forma isenta, tentando não atribuir julgamentos às diretrizes curriculares a serem adotadas na escola, buscando garantir que as determinações sejam atendidas pelos professores e que os resultados dos alunos sejam satisfatórios. Preocupam-se com que a qualidade do ensino seja garantida dentro do que compreendem como qualidade de ensino, que é mais amplo do que os resultados nos testes. A atuação da gestão na Escola ABC é determinante, no nosso entender, tanto para a manutenção da tranquilidade e organização da escola neste momento de transição e de novas interferências na rotina escolar, quanto para a sustentação do foco na aprendizagem do aluno.

Portanto, se por um lado a atual reforma na educação proposta pela SME/RJ imprime uma cultura performática, por outro, os professores e coordenadores em suas relações nas escolas, ao “implementarem” a proposta, a resignificam de acordo com seu projeto de educação e sociedade. Procuramos acompanhar e apresentar como esta recontextualização se concretiza na atuação do professor e quais são as direções que podem oferecer para o estudo das políticas educacionais. Acreditamos que a reflexão sobre os dados levantados pela pesquisa trouxeram inúmeras pistas sobre este processo, esclarecidas a partir da literatura abordada. Porém, as conclusões refletem o universo de uma escola da rede municipal do Rio de Janeiro, que podem ou não coincidir com as experiências das outras escolas. Este estudo, assim, pode ser ampliado no sentido de possibilitar uma visão mais geral do processo de recontextualização de novas diretrizes curriculares por parte dos professores. Considerando o contexto educacional que estamos vivendo e a importância dos resultados desta recontextualização para a aprendizagem dos alunos, sugerimos que novas pesquisas se dediquem a investiga-la em um contexto mais amplo.